



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSISTEMA

## **Aliança ODS Portugal**

### **Conferência Comemorativa do 8º Aniversário**

30 de janeiro de 2024– Centro Ismaili, Lisboa

### **A sustentabilidade e o Banco de Portugal (14:15-14:30)**

#### **Vice-Governadora Clara Raposo**



ALIANÇA ODS PORTUGAL  
CONFERÊNCIA COMEMORATIVA  
DO 8º ANIVERSÁRIO

## **A SUSTENTABILIDADE E O BANCO DE PORTUGAL**

30 JAN. 2024  
CLARA RAPOSO  
VICE-GOVERNADORA



**BANCO DE  
PORTUGAL**  
EUROSISTEMA

Boa tarde a todos,

Começo por agradecer à Aliança ODS Portugal e ao Eng<sup>o</sup>. Mário Parra da Silva o amável convite que me foi dirigido para participar neste momento de balanço, em que periodicamente avaliamos o caminho percorrido – e, sobretudo, os desafios que temos pela frente – na jornada para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Uma jornada com 17 caminhos e 169 ramificações, que se cruzam e influenciam mutuamente – e que são percorridos, inevitavelmente, a velocidades diferenciadas. Mas também uma jornada em que é crucial chegar o mais longe possível, até 2030, pois sabemos bem que esses 169 objetivos são alicerces críticos para uma sociedade global mais harmoniosa e resiliente.

A tomada de pulso feita no ano passado, aproximadamente a meio do período 2015-2030, não foi auspiciosa. Tanto o relatório de julho como a cimeira de setembro traçaram um retrato com

alguns avanços, mas muitos motivos de preocupação. Na sequência da polícrise que se abateu sobre o mundo, fenómenos tão elementares como a incidência da pobreza extrema e da própria fome tinham aumentado em 2022. O Secretário-Geral António Guterres lançou o alerta e apelou ao reforço da cooperação multilateral para um novo impulso em direção aos ODS.



É com este pano de fundo que vou hoje começar por referir alguns aspetos dos desafios que os ODS nos colocam – ou, mais genericamente, dos desafios que nos são colocados pela sustentabilidade ambiental, social e de governo (ESG) e pelo financiamento sustentável.

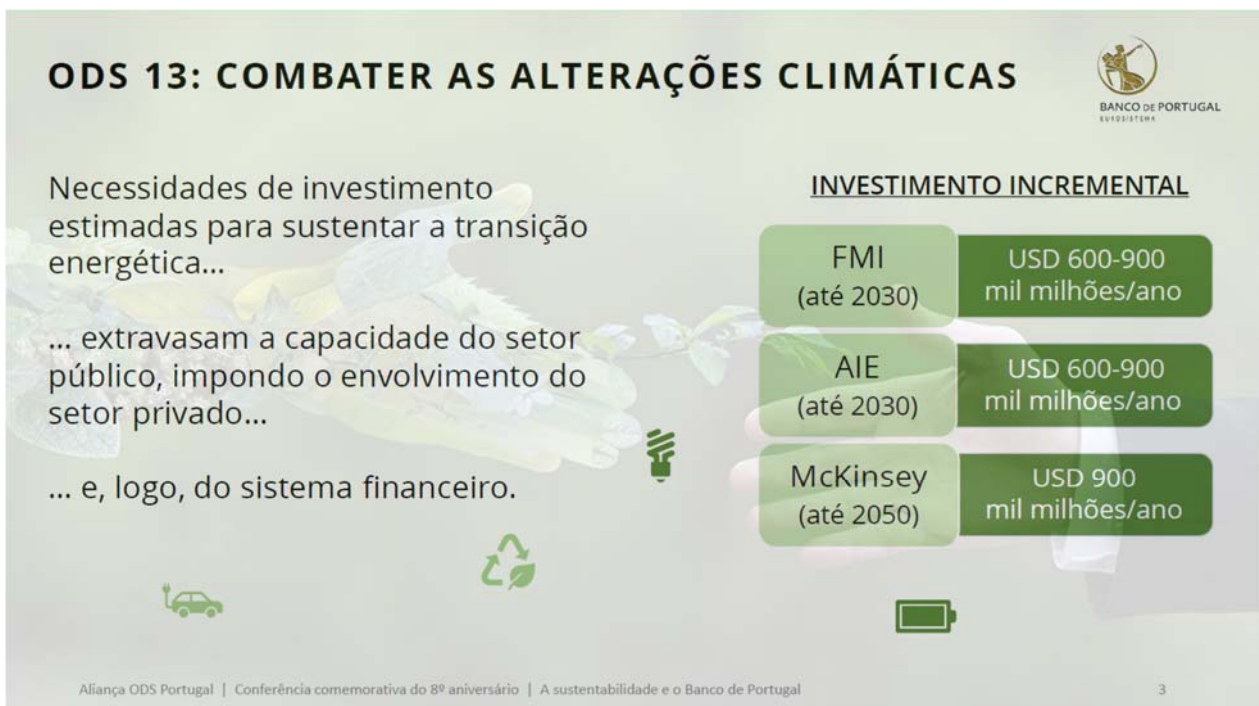
Irei depois focar um ponto que é instrumental neste contexto, mas também muito relevante: a disponibilidade de informação adequada para suportar decisões em matéria de sustentabilidade ESG e o enquadramento regulatório que está a ser construído na União Europeia para esse efeito – bem como, em geral, para impulsionar o financiamento sustentável. Ou seja, o tema do reporte de informação no qual os Bancos Centrais também têm um papel a desempenhar.

Por fim, darei ainda conta dos esforços que o Banco de Portugal tem desenvolvido neste domínio, através da definição de uma abordagem estratégica à sustentabilidade ESG, com um vasto conjunto de iniciativas que temos vindo a executar ao longo dos últimos anos.

Quando falamos dos desafios que enfrentamos para a concretização dos ODS, é importante termos presente que isso significa, em boa medida, promover uma profunda alteração de mentalidades e comportamentos, por parte das instituições públicas, das entidades privadas e dos cidadãos, em geral – e isto a nível global.

Por comparação com a complexidade desse tipo de alterações, podem parecer relativamente simples outras dimensões do problema:

- i) Como a importância de reduzir desperdícios e aumentar a eficiência na utilização dos recursos, desde logo pelos poderes públicos. O FMI estimou, por exemplo, que os subsídios aos combustíveis fósseis rondaram 7,1% do PIB global em 2022 – numa altura em que o combate às alterações climáticas pediria o redirecionar do sistema fiscal para a tributação desses combustíveis fósseis numa economia mais capaz de gerar energia de outras fontes.
- ii) Ou como, é claro, o volume de financiamento necessário para a concretização das medidas e das iniciativas que nos devem levar no sentido dos ODS.

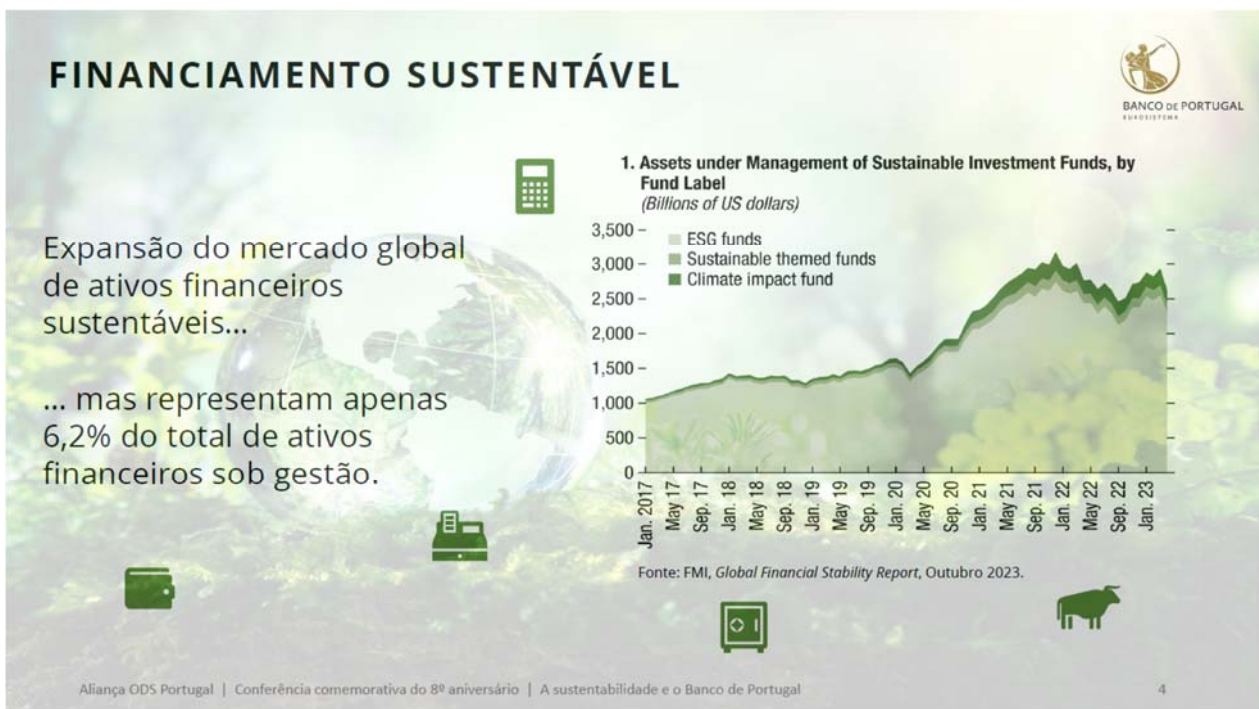


Além dos montantes de investimento público – bilateral e multilateral – que são frequentemente referidos quando fazemos o balanço da concretização dos ODS, a verdade é que os processos de transformação profunda que estão em causa envolvem valores bem mais elevados.

Considerando apenas o caso da transição energética, que terá de ser feita para dar resposta à crise climática – o ODS 13 –, várias instituições de referência estimaram em perto de um bilião de

dólares por ano, ou cerca de 1% do PIB mundial, o investimento necessário ao longo das próximas décadas. E este é o valor do investimento incremental, para além daquele que seria sempre necessário efetuar para repor o *stock* de capital. O valor do investimento total, que tenderá também a ser concretizado numa lógica de transição energética, está já claramente para além da capacidade dos orçamentos públicos.

Serão, assim, valores que vão exigir um envolvimento substancial e crescente do setor privado – e isto significa, é claro, um envolvimento decisivo do sistema financeiro. A urgência é evidente: 2023 foi o ano mais quente de que há registo e a Organização Meteorológica Mundial estimou que o aumento da temperatura média global desde o início da era industrial atingiu já 1,45°C (com um intervalo de confiança de  $\pm 0,12^\circ\text{C}$ ). Ou seja, estamos na iminência de ultrapassar o limite de 1,5°C identificado no Acordo de Paris como barreira de segurança.



Há sinais de que o sistema financeiro tem vindo a despertar para o papel que lhe cabe desempenhar, quer na resposta à crise climática quer no avanço mais geral da sustentabilidade ESG.

Um bom indicador sintético do interesse crescente que a sustentabilidade tem suscitado, também nos mercados financeiros, é o valor dos ativos sob gestão dos fundos de investimento considerados sustentáveis – à escala global. Apesar das oscilações do mercado nestes últimos dois

anos, a tendência é clara e marcadamente ascendente – embora os fundos ESG representem ainda uma parcela pequena dos fundos totais: cerca de 6,2%.

Podem ser apontadas várias razões que justificam a dificuldade em avançar ainda mais rapidamente na incorporação das prioridades ESG por parte do sistema financeiro. Uma das mais relevantes é, sem dúvida, a questão dos dados, ou seja, a disponibilidade de informação quantitativa suficiente, fiável, comparável e atempadamente disponível sobre as diversas vertentes relevantes da sustentabilidade ESG.

Podemos mesmo dizer que se trata de um obstáculo importante não apenas na esfera do sistema financeiro, mas também para a tomada de decisões, em geral, e até para a correta perceção dos problemas por parte da opinião pública, no seu conjunto. Medir bem é fundamental para perceber, decidir e gerir melhor.

Para a sua análise e decisão (por exemplo, para a realização de “stress tests” e medição da exposição do setor bancário a riscos ambientais), os Bancos Centrais dependem dos dados que as instituições de crédito reportem acerca do risco climático e ambiental dos seus balanços, ou seja dos empréstimos que concedem a empresas e a pessoas como as que estão nesta plateia. Os bancos dependem, portanto, do reporte feito pelas empresas e do comportamento de cada um de nós e da forma como o seu impacto se mede. É na economia real que está a transformação necessária; e o setor financeiro, no seu papel de intermediário, assume uma responsabilidade crucial – com os bancos centrais a conduzirem e agregarem o processo.

A importância genérica da informação de qualidade ficou bem patente ainda há menos de três semanas, quando o Fórum Económico Mundial divulgou a edição de 2024 do seu Relatório dos Riscos Globais. No horizonte dos próximos dois anos, o risco de desinformação foi considerado o mais severo de todos, o que está certamente relacionado com o ciclo eleitoral que o mundo irá atravessar, mas também é ilustrativo do poder crescente que a informação assume.

Para o sistema financeiro, melhorar a qualidade dos dados climáticos, dos dados ambientais, dos dados ESG, em geral, significa obter ganhos de transparência e fiabilidade que permitem contrariar o chamado *greenwashing* e, assim, desbloquear volumes maiores de financiamento sustentável.



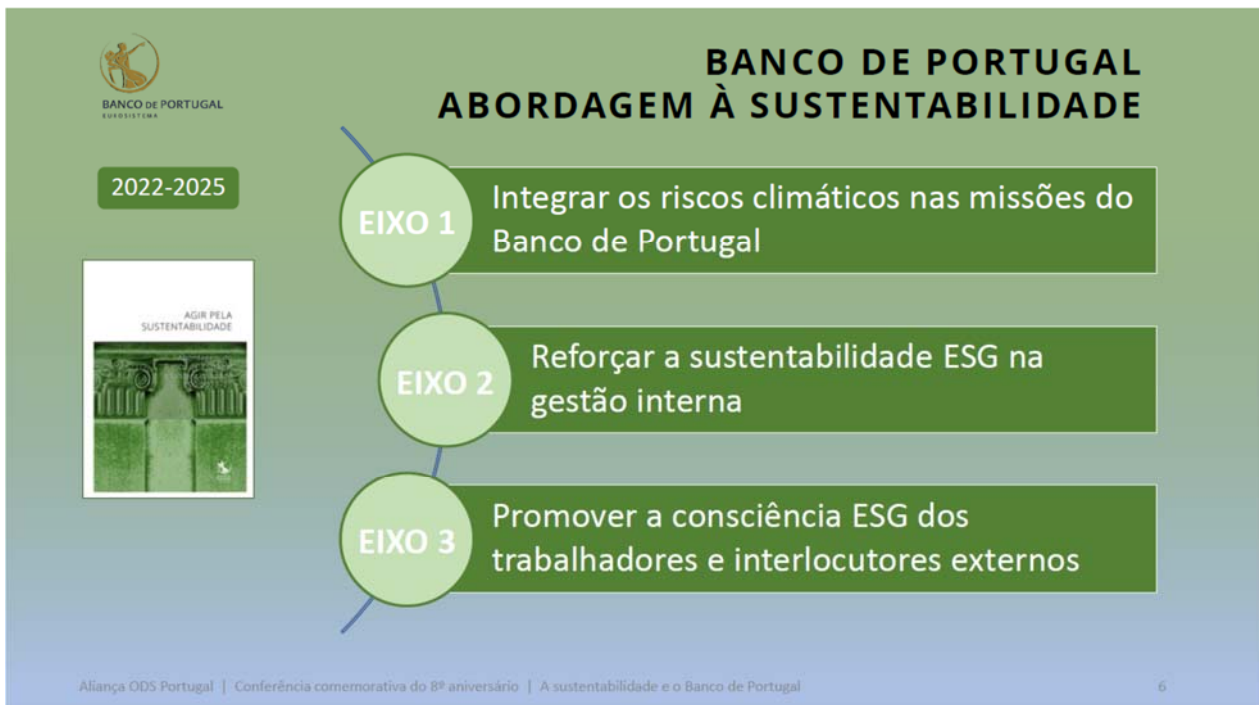


As autoridades europeias têm estado bastante ativas nesta matéria, com um conjunto significativo de iniciativas legislativas e regulatórias que abrangem diferentes aspetos do universo ESG e se orientam para promover e facilitar o financiamento sustentável:

- Como a definição de regras para aumentar a transparência na divulgação de informação sobre a sustentabilidade dos produtos e serviços financeiros;
- Ou o estabelecimento de critérios para medir o desempenho dos produtos e das atividades financeiras em termos de sustentabilidade;
- Ou ainda a definição de requisitos para as emissões de obrigações verdes.

Mas há, sobretudo, duas peças regulatórias com especial impacto:

- O chamado regulamento da taxonomia, que estabelece um sistema harmonizado de classificação das atividades económicas quanto ao seu grau de sustentabilidade ambiental;
- E a diretiva sobre o relato de sustentabilidade das empresas (ou CSRD), que reforça as obrigações de reporte ESG para um conjunto mais alargado de empresas.

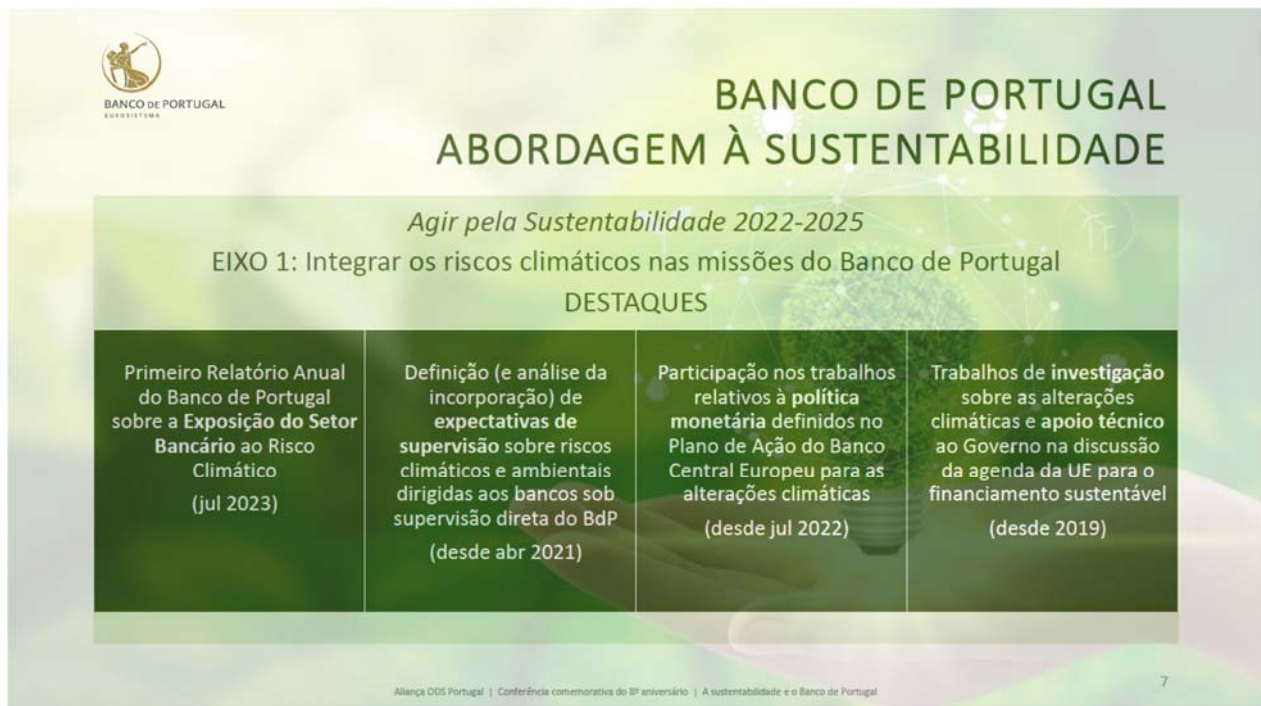


O Banco de Portugal, enquanto entidade pública, não podia obviamente ficar alheio às crescentes preocupações com a sustentabilidade ESG. O Banco vem já aplicando, desde há muito, políticas de responsabilidade social e de promoção da diversidade, orientadas para dentro e para fora do Banco. Inserem-se neste contexto iniciativas tão variadas como a definição de expectativas de diversidade de género para o sistema bancário, a subscrição da Carta europeia para a Igualdade, Diversidade e Inclusão ou a promoção da literacia financeira.

Mas, o Banco sentiu necessidade de ir mais longe, há cerca de cinco anos. Reconhecemos, por essa altura, a importância cada vez maior da sustentabilidade ESG, quer para o Banco enquanto empresa, quer, com especial significado, para o bom desempenho do nosso mandato – nomeadamente quanto às missões essenciais que são a preservação da estabilidade de preços e a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro.

Definimos então uma estratégia integrada para a sustentabilidade ESG, que abrange todas as suas vertentes, embora com especial foco nas questões ambientais, pela sua novidade, e, sobretudo, no impacto das alterações climáticas – por ser este o tema que nos interpela de forma mais direta, à luz do nosso mandato. Embora sejamos *policytakers* em termos de política climática – os *politymakers* são os Governos – reconhecemos que temos um contributo a dar nesta matéria.

A versão mais recente da nossa estratégia, a que chamámos “Agir pela Sustentabilidade”, está em implementação no período 2022-2025 e desenvolve-se em três eixos, cada um dos quais com um conjunto alargado de iniciativas e ações concretas.



No Eixo 1 (“Integrar os riscos climáticos nas missões do Banco de Portugal”), destaco a divulgação, em julho passado, do primeiro relatório anual do Banco de Portugal sobre a exposição do sistema bancário ao risco climático, uma obrigação estipulada na Lei de Bases do Clima. Trata-se de uma perspetiva de análise que ainda é rara por parte de outros bancos centrais e que conjuga as abordagens macro- e microprudencial, procurando contribuir para que os bancos lidem melhor com os desafios climáticos.

Destaco ainda a participação ativa nos trabalhos relativos à política monetária que foram definidos no Plano de Ação do Banco Central Europeu para as alterações climáticas. Bem como o alinhamento com o Eurosistema na supervisão que incide sobre riscos climáticos e ambientais para as instituições de crédito mais significativas.

Destaco também a definição de expectativas de supervisão sobre riscos climáticos e ambientais para as instituições de crédito que estão sob supervisão direta do Banco, de maneira a promover os necessários ajustamentos nas estratégias de negócio, no governo interno, na gestão do risco e na divulgação de informação relevante.



E destaque, por fim, a elaboração de diversos trabalhos de investigação nesta área e o apoio técnico ao Governo na discussão da agenda europeia para o financiamento sustentável.



No tocante ao Eixo 2 (“Reforçar a sustentabilidade ESG na gestão interna”), trata-se sobretudo de aplicar as melhores práticas à nossa atividade enquanto empresa.

Sublinho, desde logo, a recente aprovação do Programa de Descarbonização do Banco de Portugal, também ao abrigo da Lei de Bases do Clima. É um documento que formaliza o nosso compromisso em atingir a neutralidade climática na atividade operacional do Banco até 2050 – com metas intercalares para 2030 e 2040 que são mais exigentes do que as nacionais. Para atingir esses objetivos, o Programa identifica um conjunto de ações que estão já a ser desenvolvidas.

Sublinho igualmente o primeiro relatório anual sobre a pegada ecológica da nossa carteira de ativos próprios, que divulgámos no ano passado, em articulação com outros bancos centrais do Eurosistema. É o marco mais recente no sentido de uma melhor contabilização dessa pegada, numa das vertentes operacionais em que a nossa responsabilidade é maior.

Outra atividade característica dos bancos centrais é a da emissão monetária e também aqui sublinho que temos estado a dar passos, necessariamente em articulação com os nossos parceiros da área do euro, para uma compreensão mais completa do que podemos melhorar.

Por fim, sublinho que temos igualmente procurado estar atentos ao nosso desempenho ESG na interação direta com os cidadãos, concretizando iniciativas tangíveis como a melhoria das acessibilidades ao Museu do Dinheiro.



Relativamente ao terceiro e último Eixo (“Promover a consciência ESG dos trabalhadores e interlocutores externos”), temos levado a cabo um conjunto alargado de iniciativas, que vão desde a realização de seminários especificamente orientados para a informação no sistema bancário até à participação em eventos como este, passando pela publicação de artigos e *papers* ou pelas ações de cooperação com os nossos homólogos dos países de língua portuguesa.

Espero que esta breve panorâmica tenha deixado claro que o Banco de Portugal é um parceiro empenhado em dar o seu contributo para um mundo mais sustentável, em harmonia com o nosso mandato e para lhe dar cabal cumprimento. Do meu ponto de vista, toda a atividade do Banco de Portugal é um exercício de responsabilidade social.

Obrigada.

Classificação de Segurança:

Supplemental Markings:



1 ERRADICAR A POBREZA  
2 ACABAR COM A FOME  
3 VIDA SAUVÁVEL  
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE  
5 IGUALDADE DE GÊNERO  
6 ÁGUA E SANEAMENTO  
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS  
8 TRABALHO DECENTO E CRESCIMENTO ECONÓMICO  
9 INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS  
10 REDUZIR AS DESIGUALDADES  
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS  
12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS  
13 COMBATER AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
14 OCENOS, MARES E RECURSOS MARÍTIMOS  
15 ECOSISTEMAS TERRESTRES E DOCESSÍGUA  
16 PAZ E JUSTIÇA  
17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

ALIANÇA ODS PORTUGAL  
CONFERÊNCIA COMEMORATIVA  
DO 8º ANIVERSÁRIO

**OBRIGADA!**



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSISTEMA

10